

Pastore nega 4ª carta: 'Só entregamos adendo'

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, considerou "concluída" a atual fase de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os bancos privados internacionais. Ele fez essa declaração ontem, ao voltar de Nova York, e acrescentou que as adesões ao Jumbo "são bem superiores a US\$ 5 bilhões" e que há uma perspectiva de se alcançar, até segunda-feira, os US\$ 6,5 bilhões necessários.

Pastore explicou que "o Brasil fez apenas a entrega de um adendo à terceira carta de intenções ao FMI, mas ressaltou que o atual patamar da inflação forçou uma redução da meta de expansão monetária de 60 para 50% em 1984 e um compromisso de fechar o mês de dezembro com um déficit público real de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e atingir um crescimento de 0,3% do PIB no final do próximo ano (cerca de US\$ 900 milhões) no balanço de todo o setor governamental.

Segundo o presidente do Banco Central, o adendo entregue ao FMI apenas fixa os tetos do déficit público, crédito líquido interno e da expansão monetária para o primeiro trimestre de 1984. A projeção sobre a inflação no trimestre não aparece no adendo como compromisso do Brasil, uma vez que "dependerá da eficácia da política econômica". Porém, mesmo sem uma meta rígida de queda, a "inflação renitente" deste semestre levou o FMI a acertar com o governo brasileiro o corte adicional na oferta monetária do próximo ano.

Pastore não respondeu à indagação sobre o agravamento da recessão, em decorrência da redução do teto de expansão monetária. Observou que o corte representa "uma necessidade para fazer a inflação cair rapidamente" e mostrar ao FMI

que as políticas fiscal e monetária manterão o curso adequado ao cumprimento das metas contidas na terceira carta de intenções e em seu adendo. Após a definição dos tetos para o primeiro trimestre, o presidente do Banco Central ressaltou que "está tudo OK com o FMI" e que nada muda na carta de intenções de 15 de setembro último.

Bem-humorado, após o almoço com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e antes de viajar a São Paulo — onde explica hoje a dirigentes de quarenta bancos brasileiros com agências no Exterior a conclusão dos entendimentos com os credores externos — Pastore afirmou que não há novas medidas econômicas de aperto em cogitação: "A instrumentação está aí e o programa de ajuste é o que está em vigor, sem nenhuma alteração". A única mudança fica por conta da redução das metas de expansão da moeda e do crédito, em 1984, a ser examinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em sua próxima reunião — provavelmente, no dia 30 deste mês. Na montagem do orçamento monetário de 1984, o presidente do Banco Central garantiu que o corte na expansão da moeda atingirá mais o setor público para que aumentem os recursos, "dentro do que é possível fazer", para a iniciativa privada.

Segundo Pastore, a realização da reunião do **board** do FMI para aprovar o programa brasileiro de ajuste da economia somente na próxima terça-feira — estava prevista para amanhã — não preocupa. Explicou que o Fundo precisa de mais alguns dias para preparar seus documentos e chamar os membros do **board**. "Mas haverá tempo suficiente para que o FMI desembolse US\$ 1,2 bilhão e os bancos, US\$ 4,7 bilhões — US\$ 3 bilhões de antecipação do novo Jumbo — ainda este ano. O Brasil fecha o ano sem atrasos, se Deus quiser" — disse o presidente do Banco Central.